



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140909 - SP (2021/0003075-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : J G C (PRESO)
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA SANTOS - SP186511
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J. G. C. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2049327-84.2017.8.26.0000).

O recorrente foi preso preventivamente por suposta prática do crime tipificado no art. 217-A c/c o art. 71, ambos do Código Penal.

Sustenta a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. Alega ocorrência de evidente constrangimento ilegal, visto que o recorrente teria sido beneficiado com a liberdade provisória há cerca de 35 dias, contudo, o Juízo *a quo* voltou a decretar sua segregação sem qualquer fato novo. Argumenta, ainda, que é idoso (69 anos), integrando grupo de risco para contágio da doença relativa à pandemia do novo coronavírus.

Requer a concessão liminar de ordem de *habeas corpus* com a finalidade de revogar o mandado de prisão preventiva ou a concessão da prisão domiciliar com fundamento na Recomendação CNJ n. 62/2020.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente